

SOBRE A GEOPOLÍTICA ATUAL

*“Melhor não profetizar,
especialmente sobre o futuro.”*

Oscar Wilde

Adilson Martinez*

Heiji Tanaka**

Resumo

A ordem mundial bipolar, produto do pós-guerra, chegou ao seu fim na década de 80. No entanto, a tão propalada “nova ordem internacional” não passa, ainda, de um conjunto de tendências cujo formato definitivo é difícil de ser avaliado. Pretendemos expor alguns aspectos dessas tendências da geopolítica mundial nesse final de século com o intuito de *visualizar* a correlação de forças (em todos os níveis) que estão atuando no mundo e redefinindo as relações internacionais.

Abstract

The bipolar world order, afterwar product, come to its end in 80's. Although, the so divulged "New International Order", isn't more than a set of tendencies which its definite shape is difficult to be tasted. We intend to show some aspects of those

Geopolitics in that end of century aiming to see the relations of powers (in all levels) that are acting in the world and define again the International relations.

Introdução

O norte-americano Francis Fukuyama, assessor do Pentágono, escreveu que a queda do muro de Berlim e a conseqüente derrocada do Socialismo no Leste europeu constitui-se no “Fim da História”. Ou seja, a humanidade teria alcançado o seu estágio final na sua evolução política (a democracia liberal) e econômica (o Capitalismo avançado). Sem levar em conta a provocação dessa tese e a subsequente polêmica, é difícil acreditar que todos os povos estejam se encaminhando na mesma direção sugerida por Fukuyama. A geopolítica atual se vê imersa em (e às vezes imobilizada por) uma complexidade que o modelo da democracia liberal capitalista não consegue dar conta de explicar. Tentemos discutir isso um pouco mais de perto.

* Docente da APEC.

** Docente da UNIPAR

O colapso da antiga ordem internacional

A derrocada dos regimes de governo do Leste europeu, no final da década de 80, pegou de surpresa os analistas de todo o mundo. Quando da queda do muro de Berlim e a posterior desintegração da URSS em várias repúblicas independentes, ainda ecoavam em nossos ouvidos as sombrias profecias feitas no passado recente quanto ao futuro da corrida nuclear entre EUA e URSS. Podíamos ouvir as advertências de homens bem informados como Robert McNamara, que foi Secretário de Estado do governo Lyndon Johnson e que atolou os americanos na Guerra do Vietnã. Ou Henry Kissinger, que ocupou o mesmo cargo nos governos de Nixon e Ford. Ambos falavam da escalada inevitável da corrida armamentista e da ameaça consolidada da superioridade nuclear dos soviéticos. Mesmo o francês Raymond Aron, um dos analistas políticos mais sérios e respeitados do mundo, afirmou, pouco antes de falecer em 1983, que “não vejo qualquer razão válida para dar um significado especial aos próximos anos”. Era possível lembrarmos também as revistas de todo o mundo que saudaram a ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder em 1985, garantindo que finalmente a URSS poderia emplacar o século XXI sob um líder respeitado pela comunidade internacional.

Todas essas profecias, aclamações e advertências acabaram sendo atropeladas pelos acontecimentos - talvez porque a história não tenha sido avisada. No entanto, apesar de tudo, não podemos desmerecer essas palavras que foram proferidas no calor dos acontecimentos de uma época - no caso, os reflexos da crise que abalou o ocidente na década de 70 e início da de 80. As ameaças de então nos parecem, hoje, bem menos sombrias e apocalípticas. Talvez, mais insípida e pretensiosa seja a tese propagada pelos neoliberais de que estamos assistindo ao “fim da História” com o triunfo da democracia liberal e da economia do livre mercado.

No entanto, passado o impacto inicial diante dos acontecimentos, fica a pergunta: como uma ordem que aparentemente se baseava no equilíbrio das forças entre duas potências e na estabilidade através do

medo, desmoronou com tamanha rapidez, sem um confronto direto entre os oponentes?

Olhando retrospectivamente, a ordem se baseou no confronto ideológico e na supremacia militar das duas potências que saíram fortalecidas da guerra: os EUA e a URSS. As duas potências sentiram-se no direito de reconstruir a Europa devastada e traumatizada e impor uma nova ordem internacional de acordo com os seus interesses ideológicos, econômicos e militares. Era uma época polarizada entre o Capitalismo e o Socialismo, monopolizando as discussões entre acadêmicos engajados ou nos gabinetes das altas esferas dos governos de quase todo o mundo. Nos momentos finais da Guerra, em 1945, as Conferências de Yalta e Postdam assinalavam os contornos da nova ordem que os vencedores iriam impor ao mundo. Nessas ocasiões, as potências estavam representadas pelos respectivos chefes de Estado - Roosevelt e depois Truman pelos EUA e Stalin pela URSS - agregaram às discussões os dois principais aliados europeus na guerra contra o Nazismo - a França de De Gaulle e a Grã-Bretanha de Churchill.

Grosso modo, fica definida uma nova divisão da Europa em zonas de influência por parte das duas potências. A divisão da Europa em ocidental e oriental, como sabemos, não seguia um critério geográfico, mas sim, político-ideológico. Os países que haviam sido libertados da dominação nazi-fascista pelo exército vermelho passaram a compor o bloco soviético cujo modelo a ser seguido era o Socialismo inspirado no Marxismo-Leninismo. Ao mesmo tempo, os outros países libertados pelo exército americano, passavam a compor o bloco capitalista. A tendência divisionista dessa nova ordem não tardou a se manifestar de forma mais vigorosa: a Alemanha ficou dividida em quatro zonas de ocupação entre 1945-7 e acabou sendo formalmente dividida em duas - a República Federal Alemã, aliada aos EUA e a República Democrática Alemã que passou para a órbita da URSS. Essa situação viria a se repetir com a divisão da Coreia em 1953 e do Vietnã em 1956, seguindo sempre os

mesmos moldes - qual seja, o de resguardar os interesses das duas potências.

No entanto, havia um elemento novo no mundo pós-guerra: as armas nucleares com o seu incalculável poder de destruição. Muitos analistas afirmam convictamente que o lançamento das bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasaki em agosto de 1945 teve um duplo objetivo. Primeiro, como deve ser óbvio, fazer com que o Japão se ajoelhasse diante dos EUA; segundo, impedir que o exército vermelho continuasse a avançar sobre a Europa Ocidental - no caso mais especificamente, sobre a França e a Grã-Bretanha. Como os EUA eram os únicos detentores da bomba atômica, a ameaça - se ela existiu de fato - surtiu um efeito deveras positivo para a normalização da situação na Europa como um todo. O real equilíbrio entre as potências viria a ocorrer somente no início dos anos 50, quando a URSS também adquiriu meios para construir a sua própria bomba nuclear. Daí em diante, toma corpo o que passou a ser chamada de guerra fria.

A guerra fria passou a significar todos os movimentos estratégicos na evolução dessa situação de poder bipolarizado. Era um estado de guerra em potencial, não entre as potências, mas nas áreas de influência de cada uma delas. A divisão da Alemanha foi o prenúncio desse estado de espírito que tomaria conta dos governantes das duas potências. Assim, a inclinação da China para o lado socialista, em 1949, desequilibrava a correlação de forças na Ásia, tornando todo o Extremo Oriente como um foco de conflitos constantes. Nesse mesmo momento, a divisão da Palestina entre árabes e judeus desencadeou um longo confronto que prolonga até hoje independentemente do colapso da URSS. Ao mesmo tempo, o processo de descolonização da África nas décadas de 60 e 70 foi um momento especial para as potências demonstrarem a sua força no tabuleiro geopolítico

internacional. Por fim, toda América Latina também acabou sofrendo os efeitos da guerra fria, em especial a partir de 1959, com a revolução em Cuba liderada por Fidel Castro que implantou o primeiro governo socialista no continente. Nesse caso, as ditaduras de todos os matizes que foram se instalando no Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Argentina tinham como um dos objetivos manter o alinhamento quase automático desses países com os EUA.

Ou seja, o confronto militar-ideológico bipolarizado manifestava-se em todas as regiões do planeta. Nesse sentido, a Europa e o Extremo Oriente pareciam ser os palcos privilegiados da guerra fria. Não foi com outra intenção que não a de impedir o avanço comunista que os EUA lançaram em 1947 o Plano Marshall - um ambicioso projeto de financiamento para a reconstrução da Europa Ocidental e Japão através de empréstimos a fundo perdido. O Japão e a Alemanha Ocidental deveriam servir como vitrines do Capitalismo diante dos portais do império comunista, e os outros países do Ocidente não poderiam ficar vulneráveis à cobiça dos soviéticos. Essa decisão de bater de frente com a URSS foi iniciativa do então presidente dos EUA, Harry Truman - que acabou dando o nome a essa doutrina ao mesmo tempo de contenção e confronto.

Mas, como manter uma relativa ordem sob a ameaça constante de uma guerra nuclear que atingiria a todos igualmente? Eis um dos capítulos mais singulares da história das guerras de todos os tempos. As décadas de 50 e 60 foram decisivas para estabelecer um padrão de conduta para as duas potências do planeta. A guerra fria já estava consolidada nas mentes e nos corações dos povos de quase todo o mundo. E apesar dos inúmeros conflitos localizados, em nenhum momento qualquer um dos dois lados ameaçou com firmeza a tomada de uma decisão mais extrema. Essa era a própria lógica da guerra fria. E como frisou Shakespeare, num outro

contexto, “ainda que pareça loucura ela tem uma lógica”.

A lógica da guerra fria estava baseada no poder de dissuasão de ambos os lados. Não era apenas uma questão militar que estava em jogo; era também uma questão moral - quem iria iniciar a destruição da civilização. Enquanto os conflitos pudessem ser administrados pela diplomacia ou pelo uso de armas convencionais, a situação estaria sob controle. Por isso, os estrategistas de ambos os lados pensavam dentro dessa lógica. No início da década de 50, nos primeiros momentos do confronto aberto entre as potências, a idéia da dissuasão talvez não estivesse ainda consolidada. Em duas ocasiões, pelo menos, cogitou-se o uso limitado de armas nucleares: na Guerra da Coréia (1950-3) e na crise do Canal de Suez em 1956. Mas, na década de 60 essa ameaça passou a ser apenas uma prática utilizada estrategicamente nas conversações diplomáticas para resolver alguma crise. Assim é que em troca da não instalação de mísseis soviéticos em Cuba em 1962, o governo Kennedy aceitou a soberania da ilha com a promessa de não-intervenção e ainda retirou mísseis de curto e médio alcance instalados na Turquia e Itália. E também, mesmo diante da derrota humilhante no Vietnã, os EUA não chegaram, sequer, a cogitar seriamente a idéia de uma “solução final”. A idéia básica dos estrategistas era de que qualquer ação que levasse ao extremo de utilizar maciçamente as armas nucleares significaria a eliminação de ambos os lados. Era a “destruição mútua assegurada” em inglês *mutual assured destruction* - cuja sigla MAD, ironicamente, significa louco. Portanto, nada mais justo que as duas potências se acomodassem numa “coexistência pacífica” que assegurava a sobrevivência das duas partes e ainda se dessem ao luxo de assinar acordos limitando a produção de armas nucleares - os famosos SALT-1 e 2 assinados na década de 70.

Todavia, para manter o poder de dissuasão, era

necessária a utilização de crescentes recursos para a pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas de mísseis teleguiados. Portanto, a guerra fria estava se misturando com uma guerra econômica entre Capitalismo e Socialismo. Nesse sentido, a década de 80 foi surpreendente sob todos os ângulos. Ela começou com a polêmica decisão da aliança militar do Atlântico Norte, a OTAN, de instalar mísseis de última geração na Europa para contrapor a superioridade numérica alcançada pela URSS. O governo Reagan, eleito em 1980, havia colocado como principal ponto de sua agenda a retomada da corrida armamentista e recuperar o orgulho nacional abalado após a derrota no Vietnã e a humilhação sofrida no Irã em 1979-80, quando a sua embaixada foi ocupada pelos revolucionários fundamentalistas e mais de cinquenta americanos foram tomados como reféns. Mas a intenção primordial era fazer com que a URSS sentisse na pele a necessidade de gastar mais recursos para manter uma suposta paridade na corrida nuclear.

Em 1982, os EUA possuíam um PNB da ordem de 3 trilhões de dólares e o seu orçamento militar rondava na casa dos 6% do PNB. A URSS por sua vez, tinha um PNB equivalente à metade do americano e segundo estimativas já estava comprometendo 15% do seu PNB com a Defesa. Aproveitando-se dessa imensa vantagem, o governo Reagan lançou em 1983 a “Iniciativa de Defesa Estratégica”, mais conhecida como “Guerra nas Estrelas”. O projeto previa a construção de um sistema quase invulnerável de defesa e contra-ataque no caso de uma guerra nuclear, funcionando como uma espécie de um imenso guarda-chuva sobre os EUA. O preço? Em quinze anos seriam gastos, apenas com esse projeto, a bagatela de 980 bilhões de dólares!

Foi quando os soviéticos acordaram para a realidade. Numa época de estagnação econômica,

ineficiência na produção, quebra das safras de alimentos, desperdícios de recursos sempre escassos e a obrigação de sustentar satélites fragilizados economicamente, levaram os burocratas dirigentes da URSS a pensarem em uma concordata. Seria impossível acompanhar a corrida armamentista ditada pelo inimigo. Os EUA haviam retomado a iniciativa do confronto e da contenção. O resultado já é bem conhecido por todos. Na pressa de queimar etapas no plano interno e externo, o líder M. Gorbachev tentou comandar uma série de transformações que há muito eram necessárias para o país. A *perestroika* e a *glassnost* foram os aspectos mais visíveis da política interna que acabaram levando à desintegração do país e às profundas mudanças políticas nos países que giravam na órbita do Socialismo. Assim como, no plano externo, Gorbachev apressou a assinatura de acordos para o congelamento do arsenal nuclear e até mesmo a destruição de mísseis mais ultrapassados. Ironicamente, Reagan - que foi o presidente mais belicoso nos últimos tempos - acabou patrocinando o próprio fim da guerra fria.

A ordem mundial multipolar

Não podemos negar que a “nova ordem” que está se desenhando, começou a sua gestação dentro da guerra fria. Durante toda a sua evolução, de 1945-85, a guerra fria envolveu outros aspectos que para a época foram considerados secundários pelos analistas mas que acabaram aflorando à superfície após o colapso do Socialismo no Leste europeu. Talvez, o aspecto mais marcante das relações internacionais nos últimos anos tenha sido o deslocamento da preocupação essencial com a questão militar e a guerra nuclear que foi dando lugar a uma preocupação mais urgente com os movimentos da economia mundial. Nesse sentido, parece claro que, militarmente, os problemas internacionais serão tratados diretamente

pelo Conselho de Segurança da ONU, mas com a ressalva de que, em último caso, as forças da OTAN poderão entrar em ação para manter os interesses dos EUA e dos seus tradicionais aliados da Europa ocidental. De certa forma, os EUA se transformaram nos únicos guardiões do planeta, podendo impor a sua vontade na resolução ou não dos conflitos internacionais - como ficou provado na Guerra do Golfo e nos acordos de paz entre árabes e judeus ou na guerra civil da Bósnia como um contra-exemplo.

Todavia, no campo econômico, as coisas parecem ser mais complexas. Por isso, a tendência que se afirma no momento é a de um mundo multipolarizado. Assim, sem sombra de dúvidas, os EUA permanecem com a economia mais vigorosa do planeta - contudo, enfrentando inúmeros problemas colaterais gerados por sua posição hegemônica. É para os EUA que continuará sendo canalizada grande parte dos recursos financeiros do mundo inteiro através da Bolsa de Nova York ou da compra de títulos de governo federal. Em consequência, os EUA permanecem como principal centro de pesquisa e desenvolvimento na ciência e tecnologia que se pulverizam por todo o mundo cada vez mais rapidamente e continuarão sendo os provedores dos organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI - apesar de todo desprestígio dessas instituições atualmente.

Por continuarem sendo os detentores da economia mais vigorosa, os EUA continuarão a ser obrigados a permanecer, também, como o mercado mais aberto do sistema comercial mundial. Apesar da assinatura do NAFTA - o Acordo de Livre Comércio da América do Norte - englobando os EUA, Canadá e México, e com a pretensão de criar um imenso corredor comercial englobando todo o continente americano, parece improvável que a hegemonia relativa dos EUA na economia mundial permita o seu fechamento em relação aos mercados europeu e

asiático. Nesse sentido, o papel que restou aos EUA na geopolítica atual força-os a tentar, ao menos, manter os laços econômicos e militares com os seus tradicionais aliados, mesmo que o custo disso não seja muito apreciado pelos economistas: déficit orçamentário e fiscal, gastos militares e dispêndio com verbas a fundo perdido em alguns casos.

Com uma certa razão, os EUA não pretendem arcar com todos esses compromissos sozinhos. E o olhar deles - como de resto, de todo o mundo - se volta, necessariamente, para dois países em especial: a Alemanha e o Japão. São os dois países que saíram arrasados da Segunda Guerra e que hoje constituem, respectivamente, a terceira e a segunda economias mais vigorosas e dinâmicas do planeta. É mais do que reconhecido que esses países se reergueram economicamente em função da ajuda mais que providencial dos EUA ao longo das duas décadas, após o término da Segunda Guerra.

A estratégia americana trouxe resultados positivos no contexto da guerra fria. A Alemanha (Occidental) e o Japão alcançaram um rápido desenvolvimento econômico, através de uma bem montada estrutura industrial que não havia sido de todo destruída apesar da guerra, aliada a uma agressiva política de exportação de bens manufaturados a baixo custo sob o olhar benevolente dos EUA - principalmente com relação ao Japão. Ao longo das décadas, Alemanha e Japão tornaram-se os principais parceiros econômicos dos EUA, suplantando, inclusive, a hegemonia dos americanos em alguns setores de ponta e passaram a ser também uma fonte inesgotável de déficit nas relações comerciais bilaterais. Do total do déficit comercial americano, quase metade é causado pelas transações com o Japão. Para os americanos, nada mais justo que Alemanha e Japão colaborem, agora, para a manutenção do equilíbrio do *status quo*.

Mas, apesar das declarações de boas

intenções emanadas de Bonn e Tóquio, parece que esses países possuem um projeto econômico que se distancia dos interesses diretamente ligados aos EUA. A Alemanha está mais preocupada com o processo de reunificação com a antiga Alemanha Oriental que, de acordo com as estimativas, consumiu mais de 100 bilhões entre 1990-4. Além disso, a Alemanha carrega o fardo de ter que comandar a unificação comercial da Comunidade Européia. A resistência da Grã-Bretanha e dos outros países menores da CE quanto a esse processo faz sentido na medida que a Alemanha - apesar de todos os obstáculos - continua a ser a economia mais forte do continente. Todavia, faz mais sentido o apelo da Alemanha e da França no sentido de que sem a CE os países da Europa dificilmente terão condições de enfrentar a competição econômica nessa época de globalização da economia.

O Japão também não vê com bons olhos o pedido de ajuda dos EUA cada vez que explode uma crise em alguma parte do mundo. A ajuda aos EUA na Guerra do Golfo, em 1991, era algo de interesse fundamental para a economia japonesa tão carente de recursos naturais, em especial o petróleo. Naquela ocasião, o japoneses parecem ter sido generosos na hora de assinar o cheque em favor do Tesouro Americano. Mas, fora essas situações extremas, o Japão parece não ter tanto interesse em financiar o seu próprio sistema de defesa nacional há muito tempo controlado pelos EUA. Ao contrário, parece que o objetivo do Japão é realizar a conquista de amplos mercados para os seus produtos e sua tecnologia através do domínio da extensa bacia do Pacífico que envolve a Coreia, sudeste asiático e a Oceania. Nos últimos vinte anos, o Japão intensificou a sua presença na região, aliando-se a empresas locais que se utilizam em larga escala da tecnologia japonesa, reproduzindo o modelo agressivo de aumento das exportações. Alguns poucos países alcançaram um elevado grau de desenvolvimento - Coreia do Sul, Taiwan - sendo

denominados sintomaticamente de “tigres asiáticos”. Dessa forma, o Japão acabou por criar uma plataforma de exportação e mantém uma posição de hegemonia econômica na região - algo que não foi concretizado pelo militarismo nas décadas de 30 e 40.

Se existe razão, então, para acreditarmos que o movimento da globalização da economia é também um processo de regionalização do comércio, resta-nos apontar duas situações que permanecem abertas e incertas. A primeira se refere aos países da América Latina e do mundo subdesenvolvido em geral. Até agora, a única iniciativa na América do Sul que busca acelerar os acordos multilaterais em nível regional é o Mercado Comum do Cone Sul. Ainda incipiente em sua formulação, apresenta enormes obstáculos a serem transpostos. A começar pela grande heterogeneidade da economia entre os países membros: Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil. O futuro do MERCOSUL é uma incógnita a longo prazo, se não por motivos de desconfiança entre os parceiros, apenas pelo fato de ser composto por países pobres de economias pouco dinâmicas e vulneráveis aos abalos que costumam ocorrer nos mercados internacionais. Ou seja, com os mercados europeus e asiáticos cada vez mais fechados, restaria ao MERCOSUL exercer a sua influência sobre alguma sub-região do planeta como o Caribe ou parte da África. Sem contar que a proximidade com os EUA ameaça esvaziar as pretensões de se constituir em um mercado comum autônomo.

Uma segunda situação incerta no mundo atual é o caminho a ser tomado pela China. Desde o final da década de 70, a China tem deslanchado um conjunto de reformas econômicas com a intenção de superar as condições de extrema pobreza da sua imensa população e recolocar o país numa posição de destaque no cenário internacional. Trata-se de um país que conta com uma população de 1,25 bilhão de pessoas, possui um arsenal nuclear considerável e um mercado consumidor em potencial simplesmente

incalculável. No momento, a China atrai investidores de todos os lugares, mantém uma taxa de crescimento bastante elevada e está invadindo o mercado mundial com bens de consumo baratos, utilizando-se da sua reserva de mão-de-obra extremamente disciplinada e barata. Apesar de todos os protestos contra as indústrias chinesas de tecidos, brinquedos e calçados e contra as leis do país que não reconhecem patentes, é difícil sugerir retaliações contra um país que tem tantos atrativos a oferecer. Não é gratuito que, em 1995, a China teve a sua condição renovada de “nação mais favorecida” nas relações comerciais com os EUA, apesar de todo descontentamento americano com a prática institucionalizada da pirataria na China.

Todavia, a China não deixa de ser uma fonte de desequilíbrios em potencial com conseqüências para todo o mundo. Além de sua enorme população, conta com um governo autocrático que mantém sob rígido controle qualquer tipo de manifestação do povo. Se essas forças contidas por tanto tempo forem liberadas, os seus desdobramentos são imprevisíveis. Mesmo porque, não se sabe ao certo se os novos dirigentes comunistas terão a habilidade necessária para manter a coesão social do país.

A geopolítica regional

As questões apontadas na seção anterior possuem, no atual contexto geopolítico, um alcance e uma relevância bastante acentuadas - talvez, a exceção seja o MERCOSUL - e as suas implicações atuam em âmbito mundial. Todavia, nas áreas periféricas em relação aos centros de decisão, alguns movimentos políticos vêm tomando uma certa amplitude que pode comprometer o precário equilíbrio entre centro e periferia do sistema globalizado. Isso faz com que uma parcela da sociedade dos países centrais (avançados) comece a ensaiar uma reação (às vezes violenta)

contra a ameaça que supostamente pode vir a abalar o seu *modus vivendi*.

O primeiro ponto a ser assinalado - e o que provoca maior temor - é o avanço do fundamentalismo islâmico. O choque de idéias cooptadas ou impostas pelo ocidente com a cultura oriental provocou, em algumas ocasiões, uma reação em cadeia que dificilmente seria prevista pelo mais pessimista dos analistas políticos. O "Marxismo", colocado em prática no Camboja, ou do "Ocidentalismo" imposto ao Irã e Líbano, são exemplos sintomáticos de como uma idéia pode ser reelaborada e deformada quando confrontada com a realidade. O radicalismo islâmico é produto da modernização de povos apegados a uma tradição religiosa reinterpretada em prol de interesses políticos, que levou a um colapso das instituições sociais e políticas do país. A reação mais violenta dos mais tradicionalistas, associada a um processo de exclusão social e mudança radical dos valores, criou um ambiente propício para a proliferação do fanatismo religioso que se manifesta, hoje, através de vários grupos armados que se espalham preferencialmente pelo Oriente Médio.

Esses grupos vêem o ocidente (e os judeus) como a encarnação de todos os males da vida. Por isso, lançam-se em ofensivas suicidas em nome de Alá contra os "infiéis" numa retomada dos ideais da Jihad - a guerra santa dos árabes. Inspirados pela teocracia implantada no Irã em 1979, grupos terroristas como o Hamas (palestino) e o Hezbolah (um grupo "multinacional" que se abriga no Líbano), interpõem-se no meio de qualquer diálogo entre oriente e ocidente ou árabes e judeus, conduzido pelas lideranças mais moderadas de ambos os lados. Como forma de chamar a atenção, explodem bombas em aeroportos, estações de metrô de cidades européias, atacam turistas ocidentais em visita a países árabes e planejam assassinatos cada vez mais sangrentos. Por

isso, o Oriente Médio permanece, ainda, como um local de conflitos em potencial que mesmo o fim da guerra fria não foi capaz de acalmar os ânimos - ao contrário parece que acabou por intensificá-los. É uma luta contra Israel, mas também entre xiitas radicais contra sunitas de todas as alas - desde a moderada Arábia Saudita até o truculento Iraque, de Saddam Hussein.

A reação nos países mais avançados - em especial na Europa - a essas ameaças, tem se tornado cada dia mais violenta. Na França e Alemanha, restringe-se cada vez mais a entrada de imigrantes muçulmanos que no passado recente eram recebidos de braços abertos para servir de mão-de-obra barata para as indústrias em expansão. Cresce o sentimento de xenofobia entre pequenos grupos, fazendo ressurgir idéias nazistas de purificação da raça e expulsão dos estrangeiros do país. Gangues de neonazistas, geralmente jovens rebeldes e desempregados, promovem atentados em bairros árabes de Berlim e Marselha, evidenciando um ódio mortal seletivo. Nesse sentido, apesar do avanço da direita em vários países da Europa, talvez seja menos pior para o mundo ter um Jacques Chirac na Presidência da França do que o tresloucado líder da extrema direita Jean-Marie Le Pen. A xenofobia parece ser um sentimento apenas latente e em grupos minoritários da sociedade mas é de se esperar que o governo e a sociedade civil se esforcem em conseguir se não extirpá-lo ao menos mantê-lo sob estrito controle.

Um outro drama que não conheceu o seu fim com o colapso da antiga ordem e, ao contrário, se intensificou nos últimos anos é o das guerras civis espalhadas pela Ásia e África. São conflitos localizados, originados pela diversidade étnica e tribal há muito adormecidas e que tomaram proporções gigantescas com a derrocada da URSS que alimentou a indiferença do ocidente para com esses problemas

após o fim da guerra fria. No decorrer da década de 80, as guerras civis na Etiópia, Somália, Chade e Afeganistão, ainda chamavam a atenção do mundo. Na década de 90, a guerra civil em Ruanda já não possuía nenhum apelo de solidariedade internacional. Nem mesmo o conflito na península balcânica - às portas da Europa rica - foi capaz de articular uma reação mais firme dos países vizinhos. Com a nobre exceção de François Mitterrand, nenhum outro líder da CE se manifestou enfaticamente sobre o que estava acontecendo naquele local.

Por fim, um verdadeiro caldeirão borbulhante pode estar prestes a explodir a qualquer momento: a Índia. Com uma população de 900 milhões de habitantes, um território do tamanho da Argentina e dezesseis línguas oficiais, a Índia se constituiu historicamente numa colcha de retalhos que os sucessores de Gandhi e Nehru souberam manter unida apesar de todos os percalços desde a Independência em 1947. Mesmo assim, na sua origem, a Índia já perdia a sua porção mais a oeste e mais a leste com a criação do Paquistão - um país de maioria muçulmana e que viria a dar origem também ao Bangladesh na sua parte oriental em 1971. No entanto, é no interior da sociedade indiana que os maiores problemas estão se afluando: elevado crescimento populacional, conflitos entre a maioria hindu e a minoria muçulmana, fanatismo religioso que leva aos movimentos separatistas (os sikhs no Punjab) e a miséria que atinge quase 400 milhões de pessoas.

Mas, a Índia é um país que possui um imenso potencial de desenvolvimento - assim como a China. O que irá determinar o seu futuro é o modo como a elite dirigente irá conduzir o processo econômico e político sempre condicionado pelos sobressaltos causados pelos conflitos étnicos e religiosos. A Índia é detentora de um razoável arsenal nuclear - da mesma forma que a China e o Paquistão - e, na atualidade,

possui um dos maiores e melhores plantéis de cientistas de todo o mundo. Porém, a complexidade inerente em se administrar uma grande e heterogênea população parece ter chegado ao limite das capacidades humanas.

O subcontinente indiano, talvez, realça de modo mais bem acabado o dilema que nos reserva o futuro. Trata-se do encontro entre o moderno e o arcaico, o mundo globalizado e a vida cotidiana marcada pela rivalidade e disputa local, enfim, entre a riqueza e a pobreza. A geopolítica atual tem como obrigação, também, acertar o passo com essas delicadas questões que acabam por estimular o fanatismo e a violência - comprometendo todo o futuro a ser construído.

Conclusão

A geopolítica mundial, que se origina com o fim da guerra fria, tende a deslocar a questão militar como principal ponto de referência das relações internacionais, passando a concentrar-se nas relações econômicas entre as nações. É evidente que isso favorece sobremaneira os países mais ricos e coloca os países pobres numa situação ainda mais vulnerável do que aquela que existia sob a antiga ordem. Não sabemos ao certo para onde está nos conduzindo o atual processo econômico em andamento na maior parte do planeta: globalização, abertura dos mercados nacionais e investimentos pesados em tecnologia intensiva. O mais razoável é manter uma postura de certa forma cética diante dos profetas de plantão que nos falam de um mundo fascinante e maravilhoso para a semana que vem no máximo. Nesse ponto, talvez a razão esteja com o romancista português José Saramago que escreveu: "não juremos sobre o futuro; esperemo-lo para ver se ele nos reconhece".

Bibliografia

1. ARON, Raymond. **Os últimos anos do século.**
Rio: Guanabara, 1987.
2. ASH, Timothy G. **Nós, o povo.** São Paulo:
Companhia das Letras, 1990.
3. BLACKBURN, Robin (org). **Depois da queda.**
Rio: Paz e Terra, 1992.
4. KURZ, Robert. **O colapso da modernização.**
Rio: Paz e Terra, 1992.
5. THOMPSON, Edward et alli. **Exterminismo
e guerra fria.** São Paulo: Brasiliense,
1985.